

José Guilherme Villela, notável advogado, cidadão exemplar.

Carlos Mário da Silva Velloso

O Ministro José Guilherme Villela despediu-se do Tribunal Superior Eleitoral em 1987. Na ocasião, por honrosa indicação do presidente da Corte, Ministro Néri da Silveira, saudei o juiz, o advogado e o jurista consagrado que concluía com brilho sua missão naquele Tribunal. Saudei o amigo que eu admirava, em uníssono com a comunidade jurídica de Brasília, pela vocação, senso ético, cultura, simplicidade e elegância que o distinguiram ao longo de sua carreira e de sua vida. E saudei o príncipe dos advogados da capital, aquele a quem Francisco Rezek definira, em discurso, como o mais perfeito conhecedor do Supremo — de sua história, jurisprudência, tendências e sentimentos -- e que Orlando Vaz Filho, seu companheiro nos últimos tempos de causas difíceis, afirmava que não conhecera, em toda a sua vida, advogado tão notável.

Conheci José Guilherme ainda nos anos 1950, aluno do Colégio Estadual de Minas. Depois, na Faculdade de Direito da UFMG. Lembro-me dele advogado em Belo Horizonte e professor na Faculdade em que se diplomara. Cedo, trocou Minas por uma cidade que acabara de ser inaugurada, em meio a diversas incertezas. Aqui, conheceu a sua meiga Maria, que enfrentou com ele as dificuldades do início da vida. Ela estudou Direito, fez concursos públicos, foi grande colaboradora de José Guilherme e nunca deixou de trabalhar. Aposentada como taquígrafa do Supremo Tribunal Federal, passou a responder pela impecável organização daquele

que se tornou um dos mais confiáveis escritórios de advocacia do país. José Guilherme e Maria construíram juntos um nome e uma carreira que se confundem com a história de Brasília. A filha Adriana, ao lado do irmão Augusto, seguem os passos dos pais. Em momento de extrema dor tiveram a lucidez de lembrar o grande amor vivido por eles e o patrimônio de dignidade e equilíbrio que legaram não só à família, mas a todos os que com eles conviveram.

Retomo, nesta segunda e definitiva despedida de José Guilherme, o mesmo pensamento que expressei na primeira, quando do término de sua judicatura no Tribunal Superior Eleitoral. Na ocasião, lembrei a sentença de Martin Heidegger de que *“só o começo é grande”*. É que no início de todas as coisas estão as esperanças, é com o nascer do sol que se inicia a vida, e é por isso que o amanhecer é sempre festivo e a alvorada se confunde com o canto dos pássaros. Já o cair do dia costuma ser melancólico, pois com ele vem o crepúsculo, que sucede ao pôr do sol, a sugerir o ocaso da vida. Mas, já naquela época, fazia eu o contraponto com o pensamento de Mateo Alemán, autor do *“Guzmán de Alfarache”*, segundo o qual *“não basta começar bem, nem serve mediar bem, se não se acaba bem; de pouco servem bons começos e melhores meios, se os fins não saem prósperos”* (*“Guzmán de Alfarache”*, Parte Primeira, II, 7).

Hoje, naufragamos na melancolia da morte brutal daqueles dois companheiros, amigos exemplares, cidadãos solidários. Experimentamos todos, um amargo crepúsculo. A notável biografia de ambos, a correção com que pautaram suas vidas, não nos consolam, ao contrário, alimentam ainda mais nossa indignação e nossa saudade.

Mas há ainda um capítulo. Há a justiça, em função da qual José Guilherme sempre viveu. Sim, a justiça que elucida, respeitando os princípios pelos quais sempre lutou o grande advogado. A justiça que pune, a justiça que liberta. Essa justiça arrematará uma história de amor, de companheirismo, de luta. Ela será o último capítulo, e trará um fim próspero para a existência exemplarmente iniciada e trilhada por Maria e José Guilherme Villela. Quando essa justiça houver terminado seu trabalho, conheceremos novamente o alvorecer e o esplendor da esperança que ela há de restaurar em nossos corações.